

## Rua da Amargura<sup>[\*]</sup>

A. Leones Dantas

*Juiz Conselheiro, jubilado*

[\*] O texto corresponde à apresentação pública do livro “Rua da Amargura – Episódios de uma comarca de província”, de Fernando Faria, que o autor fez em Sintra no dia 15 de outubro de 2021.

A obra do Dr. Fernando Faria, “Rua da Amargura”, com o subtítulo – “Episódios de uma Comarca de Província” – é uma obra singular e que motiva múltiplas reflexões, tenham elas por objeto o universo judiciário que lhe está subjacente, ou a evolução do País, nos quarenta anos que já nos separam da época nela retratada.

Obra singular também porque, infelizmente, os Magistrados não nos deixam habitualmente testemunhos da realidade profissional que viveram.

Desdobra-se o livro em nove capítulos, integrando o primeiro uma sintética apresentação do estado dos serviços do Ministério Público na comarca, entrando depois, nos sete capítulos sucessivos, na reconstituição dos vários episódios e conclui com um caso que se situa no âmbito das relações do Magistrado Feliciano Feijó com uma pessoa do povo, já fora daquilo que poderíamos considerar atividade funcional daquela Magistratura.

Importa, contudo, ter presente que, tal como o autor refere na nota introdutória, os casos descritos são narrativas que, embora tenham sido inspirados em situações vividas, não são o relato judiciário desses casos, havendo, seguramente, uma parte da reconstituição que é produto da imaginação do autor.

Na verdade, só a literatura consegue reconstruir a realidade da vida que está para além dos processos, reintegrando os casos na vivência social em que surgiram.

No primeiro caso abordado – “A Rua da Amargura (Gertrudes)” –, o autor vai colocar-nos perante uma situação de violência doméstica, num quadro clássico de alcoolismo nos dois cônjuges – a Gertrudes e o Arquimínio –, que acaba por ser resolvido sem intervenção judiciária propriamente, com a estabilização da relação do casal.

Segue-se um caso singular – “Só ficaram os ossos ... (Pencas)”. Estamos perante o furto de um porco, que é acompanhado desde o início da investigação até à decisão final.

Trata-se de um caso que exprime de uma forma realista o que era a intervenção judiciária na época nestes pequenos meios e a realidade social com que lidava.

O caso termina, curiosamente, já depois de o processo ter sido decidido, com a deslocação do responsável pelo furto, ao gabinete do Magistrado do Ministério Público, alegadamente para confessar o que tinha acontecido à metade do animal cuja recuperação não fora possível no processo.

A obra prossegue com o episódio “Barragem da Feitosa (Cesaltina)”, centrado num caso de suicídio de uma senhora que, alegadamente traída pelo marido, resolveu pôr termo à vida por afogamento, numa barragem que por ela era dirigida.

O facto de a vítima ter escolhido o meio do paredão para se lançar na água deu origem a uma curiosa troca de opiniões do

Feliciano Feijó com o colega da comarca vizinha sobre a competência para tratar o caso, questão que acaba por ser resolvida na base do bom senso, mas que nos reconduz a uma faceta do mundo judiciário, os conflitos de competência, normalmente desconhecida fora daquele mundo.

É ainda um caso de suicídio a situação que está subjacente à narrativa seguinte – “O Homem Pênsil (Serafim)”. Trata-se de um pai que, confrontado com uma situação de deficiência de um filho, não teve capacidade de resistir, e, diríamos, não teve igualmente a ajuda para tal necessária, e resolveu por termo à vida, por enforcamento.

A situação permite-nos recordar a inexistência, nessa época, de um verdadeiro sistema de Segurança Social e da falta de apoio aos cidadãos deficientes, o que os tornava um peso para as respectivas famílias.

Vamos encontrar mais à frente na obra um outro caso a que esta realidade se mostra subjacente e que vai também ali motivar que um deficiente ponha termo à vida – o caso “E- 605 Forte (Aprígio)”.

Ao contrário do Serafim, o Aprígio surge-nos como um lutador, um homem que superou durante muito tempo a sua deficiência física e a estigmatização dela derivada, tornando-se um cidadão ativo e respeitado. Fez-se sapateiro, a profissão que o avô lhe ensinou, e só resolveu por termo à vida quando aquela atividade deixou de ser modo de vida pela evolução do comércio do calçado, por se ter convencido de que a mulher o traía e pela morte do seu cão, o fiel amigo de muitos anos.

Trata-se de um caso de uma grande intensidade emotiva, sobretudo na forma como é descrita a relação do Aprígio com o avô e com o cão.

Singular é igualmente o caso do “Morangueiro (Toninho)”.

Toninho é um pícaro, com uma personalidade dupla, tal como o autor afirma, que é capaz de assumir comportamentos de um